

QUAIS AS CAPACIDADES DE APRENDIZAGEM NO AMBIENTE ESCOLAR DO ALUNO AUTISTA?

Mariane Heloisa Kuch
Graduação em Pedagogia
São José dos Pinhais/PR
marianehkuch@gmail.com

RESUMO

Esse artigo objetivou compreender quais as capacidades de aprendizagem no ambiente escolar do aluno autista. Para isso, pesquisa de caráter qualitativo foi realizada, além de estudos bibliográficos em livros e artigos científicos pertinentes ao tema, das quais se destaca autores como Mello (2007) e Araújo (2014) e documentos oficiais como a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 e a Declaração de Salamanca (1994). Para analisar os dados levantados e buscar responder ao problema de pesquisa, foram aplicados dois questionários, com duas professoras de uma escola municipal localizada no município de São José dos Pinhais, Paraná, ambos contendo quatro perguntas.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho docente vem se tornando mais desafiador ao longo do tempo. O cumprimento de um denso currículo, o grande número de alunos em sala de aula, o desrespeito e a desvalorização profissional são alguns dos vários desafios encontrados no dia a dia escolar. É importante citar também a inclusão escolar, que acaba por fazer o docente buscar novos conhecimentos e práticas, para que possa de alguma forma, efetivar o processo de aprendizagem.

Neste sentido, dentre as diversidades encontradas em sala de aula no que diz respeito à inclusão, em especial com relação ao autismo que vem se encontrando mais presente nas salas de aulas do ensino regular.

O texto a seguir, portanto, apresentará algumas informações relevantes sobre o autismo e buscará compreender quais as capacidades de aprendizagem no ambiente escolar do aluno autista, com base nas respostas do questionário aplicado, envolvendo duas professoras do ensino fundamental I de uma escola municipal de São José dos Pinhais.

2 AUTISMO

2.1 DIAGNÓSTICO

As identificações de alguns sinais do autismo podem ser observadas pelos pais já nos primeiros meses de vida da criança, ou, em muitos casos, apenas no período escolar. O professor, neste sentido, tem um papel muito importante no auxílio do reconhecimento do autismo, ou TEA¹.

Quando notado alguns sinais de que a criança possui algumas necessidades educacionais especiais, o professor deverá procurar a coordenação da escola e informá-los sobre o caso. A coordenação terá o papel de comunicar os pais e orientá-los a procurar um esclarecimento médico e conseqüentemente, se preparar para auxiliar esse aluno nas suas necessidades (MEC, 2003, p. 14), ou seja, buscar capacitar seus profissionais e desenvolver estratégias de ensino que contribuam com o desenvolvimento da aprendizagem do estudante.

A identificação será realizada por um profissional formado em medicina, com grande experiência clínica no diagnóstico do autismo, baseando-se na avaliação do seu quadro clínico (MELLO, 2007, p. 20). Desse modo, é importante que o reconhecimento do TEA seja realizado o mais breve possível, para que as intervenções e as estimulações possam ser realizadas, contribuindo possivelmente, com um melhor desenvolvimento da criança.

Atualmente, o sistema de diagnóstico do autismo utilizado com maior frequência é o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, da Associação Psiquiátrica Americana), aprovado em 18 de maio de 2013. Esse documento explica que a antiga nomenclatura TGD (transtornos globais do desenvolvimento) é absorvido por um único diagnóstico, o Transtorno do Espectro Autista (ARAÚJO; NETO, 2014, p.70).

Os critérios de diagnóstico do TEA conforme o DSM-5 (2014) inclui:

- Déficits persistentes na comunicação e interação social: dificuldade em estabelecer vínculos; dificuldade em iniciar ou responder a interação social; dificuldade no comportamento comunicativo, não havendo contato visual, linguagem corporal e há ausência de expressões faciais; dificuldade de desenvolvimento na questão de relacionamentos, não havendo as brincadeiras imaginativas, amizades e há ausência de interesse por pares (DSM-5, 2014, p. 50);

¹ Transtorno do espectro autista.

- Padrões restritos e repetitivos de comportamentos – falas, uso de objetos ou movimentos motores estereotipados² ou repetitivos, insistência em fazer as mesmas coisas, rotina inflexível, hiper (muito) ou hiporreatividade (atividade aumentada) sobre estímulos sensoriais, como indiferença a dor, temperatura, cheirar ou tocar excessivamente objetos e fascínio por luzes ou movimentos (DSM-5, 2014, p. 50).

2.3 CAUSAS DO AUTISMO

Estudos estão sendo realizados com o intuito de descobrir as reais causas do desenvolvimento do transtorno autista. Segundo Mello (2007), as causas do autismo ainda são desconhecidas. A autora destaca que a origem desse transtorno pode estar ligada à anormalidade em alguma parte do cérebro, ou provavelmente de origem genética, porém, ambas as hipóteses não são conclusivas. Também há o pressuposto de problemas relacionados a fatores durante a gestação ou no momento do parto (MELLO, 2007, p. 17).

Verifica-se, portanto, que a observação, desde os primeiros momentos de vida da criança, é de suma importância para que os estímulos necessários sejam utilizados de maneira precoce, visto que ainda não há uma explicação para a causa do autismo.

2.4 INCLUSÃO ESCOLAR

Diante das dificuldades encontradas no que diz respeito ao reconhecimento do TEA, em 27 de dezembro de 2012 foi criada a Lei nº 12.764 que tem por objetivo instituir a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na qual se defende a inserção da pessoa com espectro autista à sociedade, assegurando o direito à educação, ao ensino profissionalizante, à moradia, ao mercado de trabalho e à assistência social (BRASIL, 2012).

Respeitando o que determina a legislação, não apenas da política que se refere ao espectro autista, mas, também a lei da inclusão, as escolas públicas regulares devem receber estes alunos e proporcionar a eles uma educação de qualidade com o intuito de se cumprir o que a legislação orienta. Para que a educação possa ser aproveitada de maneira satisfatória, a Lei 12.764 ressalta:

² Estereotipar:

³ mostrar (-se) sempre inalterável, fixo (HOUAISS, 2015, p.419).

“*Parágrafo único.* Em caso de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado” (BRASIL, 2012). As escolas, portanto, precisariam oferecer o auxílio de uma pessoa especializada para atender aos alunos com TEA, favorecendo o desenvolvimento integral deste estudante, visto que a própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação é um direito de todos, sendo um dever do Estado e da família a sua efetivação.

2.5 APRENDIZAGEM NO AMBIENTE ESCOLAR

No que diz respeito à aprendizagem do aluno autista no ambiente escolar regular, muitos fatores devem ser considerados, como por exemplo, a estimulação familiar, o comprometimento de toda equipe pedagógica, bem como professores e funcionários da instituição, buscando analisar e reconhecer as potencialidades desse aluno.

O aluno autista provavelmente irá apresentar ecolalia imediata ou tardia (ou seja, a repetição de frases que foram faladas naquele momento ou frases que ouviu anteriormente em um filme, por exemplo), certo nível de hiperatividade ou extrema passividade, raramente terá o contato visual com o professor e com os colegas, apresentará problema de atenção e concentração, ausência na interação social e mudanças de humor sem motivos e frequentemente não irá demonstrar interesse nos materiais e atividades em sala de aula (MEC, 2003, p. 13).

O docente, portanto, precisa mediar o processo educativo para que possa ocorrer a aprendizagem, fazendo o uso de metodologias e materiais que instigue esse aluno a aprender, buscando utilizar como ponto de partida algo que o motive, como filmes, personagens, desenhos, dinossauros, dentre outros. A utilização de computadores também auxilia nesse processo, juntamente com outras intervenções existentes, utilizadas por profissionais especializados.

Nas observações realizadas durante o período de formação acadêmica em Licenciatura em Pedagogia, onde consta-se a carga horária de estágio obrigatório na modalidade de educação especial, foi possível constatar que é possível fazer a inclusão do aluno autista quando esse possui um grande estímulo familiar juntamente com a equipe pedagógica.

O aluno observado se relacionava com determinados alunos, demonstrava grande carinho pela professora que o estimulava na sala de recursos e também pela professora regente. A grande dificuldade, porém, foi conseguir analisar o seu nível de aprendizagem, visto que nesse sentido, o aluno foi bem reservado e durante a aula conversava sobre filmes e desenhos animados, não aparentando prestar atenção no que estava sendo explicado pela professora.

3 ANÁLISE DE DADOS

A curiosidade em compreender quais as capacidades de aprendizagem do aluno autista me instigaram a problematizar esse tema e buscar compreendê-lo por meio de uma pesquisa qualitativa, pois “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31). Como durante as observações do aluno autista não foi possível constatar e responder ao problema de pesquisa, foi utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário, que se justifica sendo “uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 33), portanto, pode auxiliar no entendimento do problema de pesquisa.

Neste sentido, dois questionários foram aplicados, contendo quatro perguntas cada, a duas professoras da escola observada³, que acompanham o processo de aprendizagem do aluno autista.

Um dos questionários foi entregue para a professora da sala de recursos multifuncionais e outro para a professora regente da turma onde o aluno autista estava incluído. Vale ressaltar que a pesquisa buscou analisar a visão das professoras em relação às capacidades de aprendizagem do aluno autista em geral, não focando apenas no aluno observado.

Primeiramente, foi questionado se as docentes acreditam no processo de inclusão escolar, visto que é de suma importância o comprometimento do professor para que ela ocorra de maneira eficaz. Ambas responderam que sim, porém ressaltaram que as pessoas envolvidas nesse trabalho precisam ser comprometidas e devem acreditar no potencial de seus alunos. Os professores, portanto, precisam estar preparados, pois a “preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de

³ Escola pública localizada no município de São José dos Pinhais, Paraná.

escolas inclusivas” (SALAMANCA, 1994, p.10).

Na sequência, procurou-se saber se as professoras acreditam no processo de inclusão do aluno autista no ensino regular, visto que o mesmo possui as suas limitações. Novamente, ambas responderam que sim, porém destacam que deve haver um envolvimento de toda escola nesse processo. A professora da sala de recursos multifuncionais evidenciou ainda que se deve perceber e analisar as condições que o aluno autista possui. Ela ressalta que

Há alunos que no ambiente regular estarão em sofrimento e será necessário a matrícula em escola especial. Quando o aluno sai ou não está nesta situação de sofrimento, com certeza poderá frequentar a escola comum com acompanhamento para seu desenvolvimento pedagógico. (Professora da sala de recursos multifuncionais).

Neste contexto, novamente é possível observar a importância do comprometimento docente, considerando as especificidades de seus alunos, principalmente quando se trata do aluno autista.

Por fim, para responder ao problema de pesquisa foi questionado às docentes quais as possibilidades de aprendizagem do aluno autista no ensino regular. A professora da sala de recursos multifuncionais respondeu que esse aluno terá possibilidades de desenvolver o pessoal, o interpessoal e também o pedagógico, ressaltando que “a troca com o outro será de suma importância, modelos positivos. Vale ressaltar que será necessária uma equipe escolar acessível e inclusiva”. Complementando, a professora regente expôs que “o aluno autista é muito inteligente. Por isso, creio que suas possibilidades são muitas”, ou seja, o aluno autista pode desenvolver sua aprendizagem, contudo, o auxílio e a mediação de profissionais comprometidos são de extrema importância.

Diante da experiência, pode-se concluir que a inclusão do aluno autista no ensino regular é possível, porém é necessário um grande comprometimento de toda a equipe escolar, onde todos devem se relacionar e se unir para que o processo ocorra de maneira eficaz. A escola deverá utilizar as ferramentas necessárias, seja a tecnologia, a adaptação curricular ou o planejamento pedagógico, que contribuam com a aprendizagem. A família também deverá trabalhar em conjunto com a escola, estimulando e contribuindo com desenvolvimento desses alunos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Álvaro Cabral; NETO, Francisco Lotufo. A nova classificação americana para os Transtornos mentais – o DSM-5. FMUSP. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, 2014, Vol. XVI. p. 70
- BRASIL. **Política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista**. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtorno**: American Psychiatric Association. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 50.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31.
- HOUAISS, Antônio. **Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa**: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. São Paulo: Moderna, 2015, p. 419.
- MEC. **Saberes e práticas da inclusão**: dificuldades acentuadas de aprendizagem – autismo. 2. ed. rev. Brasília: MEC, SEESP, 2003, p. 13, 14.
- MELLO, Ana Maria S. Ros; **Autismo**: guia prático. Colaboração de Marialice de Castro Vatauvuk. 7.ed. São Paulo. AMA; Brasília: CORDE, 2007. p. 17, 57, 58.
- SALAMANCA Declaração. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1994, p. 10.
- SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**, 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005, p. 20-33.

ABSTRACT

This article aimed to understand the learning abilities in the school environment of the autistic student. For this, qualitative research was carried out, besides bibliographical studies in books and scientific articles pertinent to the theme, of which authors such as Mello (2007) and Araújo (2014) and official documents such as Law nº 12.764, of 27 december 2012 and the Declaration of Salamanca (1994). In order to analyze the data collected and seek to answer the research question, two questionnaires were applied, with two teachers from a municipal school located in the municipality of São José dos Pinhais, Paraná, both containing four questions.

Keywords: Autism. Inclusion. Learning.